

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

INTEGRATIVE AND COMPLEMENTARY HEALTH PRACTICES IN HEALTH PROFESSIONAL EDUCATION: A NECESSARY REFLECTION

PRÁCTICAS INTEGRADORAS Y COMPLEMENTARIAS EN SALUD EN LA FORMACIÓN PROFESIONAL EN SALUD: UNA REFLEXIÓN NECESARIA

Cristiara Ferreira Lima Amite¹
Fabiana Gonring Xavier²
Marluce Mechelli de Siqueira³

Resumo

O estudo apresenta a situação do ensino das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) na formação profissional em saúde brasileira. Trata-se de um estudo quantitativo, de natureza descritiva e exploratória, do tipo revisão narrativa, realizado no período de 20 de abril a 03 de maio de 2024, a partir de estudos primários que analisam a oferta de disciplinas nos projetos político pedagógicos e nas ementas curriculares. Os resultados indicam que o ensino das PICS se dá em todas as regiões de saúde brasileiras, em formato optativo e de conteúdo informativo, predominantemente. Os estudos abordam, principalmente, o ensino a nível de graduação, e em universidades públicas. O curso de Enfermagem concentra a maior oferta de disciplinas de PICS. Sobressaem temas generalistas como PICS e plantas medicinais/fitoterapia. Por fim, as PICS apresentam-se de modo fragmentado e reduzido na formação profissional na saúde.

Palavras-chave: práticas integrativas e complementares; integralidade em saúde; formação profissional em saúde.

Abstract

This study presents the situation of the teaching of Integrative and Complementary Health Practices (ICHPs) in the Brazilian health professional training. It is a quantitative study, with a descriptive and exploratory nature, of narrative review type, conducted from April 20 to May 3, 2024, from preliminary studies that analyze the offer of disciplines in political pedagogical projects and curriculums. The results show that the teaching of ICHPs happens in all the health regions of Brazil, in an optional format and with informative content. The studies approach, in particular, the training at the graduation level and in public universities. The nursing course concentrates most of the ICHPs discipline offers, but general topics stand out, such as ICHPs and medicinal plants/phytotherapy. Finally, the ICHPs present themselves in a fragmented and reduced way in professional training.

Keywords: integrative and complementary therapies; integrality in health; professional training in health.

Resumen

El estudio presenta la situación de la enseñanza de las Prácticas Integradoras y Complementarias en Salud (PICS) en la formación profesional en salud brasileña. Se trata de un estudio cuantitativo, de naturaleza descriptiva y exploratoria, del tipo de revisión narrativa, realizado en el periodo de 20 de abril hasta el 03 de mayo de 2024, a partir de estudios primarios, que analizan la oferta de asignaturas en los proyectos políticos pedagógicos y en los planes curriculares. Los resultados apuntan que la enseñanza de las PICS se da en todas las regiones de salud brasileña, de forma optativa y de contenido informativo, predominantemente. Los estudios desarrollan,

¹ Enfermeira. Mestre em Saúde Coletiva. Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva UFES. Vitória/ES. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-0272-8217>. E-mail: cristiaraferreira@hotmail.com

² Enfermeira. Doutora em Enfermagem (UFRJ). Docente na Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8256-8112>. E-mail: gonring@hotmail.com

³ Enfermeira. Doutora em Ciências Fisiológicas. Docente Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6706-5015>. E-mail: marluce.siqueira@outlook.com.br

principalmente, la enseñanza a nivel de grado, y en universidades públicas. El curso de Enfermería concentra la mayor oferta de asignaturas de PICS. Sobresalen temas generalistas como PICS y plantas medicinales/fisioterapia. Por fin, las PICS se presentan de modo fragmentado y reducido en la formación profesional en la salud.

Palabras clave: prácticas integradoras y complementarias; integralidad en salud; formación profesional en salud.

1 Introdução

O Brasil, em consonância com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), que em 1970 implantou o Programa de Medicina Tradicional e recomendou aos seus países membros a incorporação nos seus sistemas de saúde, institucionalizou no Sistema Único de Saúde (SUS) a Política Nacional das Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no ano 2006, inicialmente com cinco modalidades distintas, adotando a nomenclatura Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS). Conceitualmente, as PICS são designadas como recursos terapêuticos que buscam a prevenção de doenças e a recuperação da saúde, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade (Brasil, 2006).

A educação brasileira em saúde prevê o preparo dos futuros profissionais para atuarem em consonância com os princípios e diretrizes do SUS, em caráter interdisciplinar, qualificando-os para uma atuação convergente às necessidades de saúde da população, e consonante com suas políticas transversais, como a Política Nacional de Humanização, Política Nacional da Atenção Básica, dentre outras (Brasil, 2011), com as quais a PNPIC se relaciona diretamente. O ensino e assistência pareiam-se nesse processo “complexo” de formação, em que se busca a integração do currículo na educação dos seus profissionais.

Diversas instituições de ensino superior (IES) brasileiras ofertam formação profissional em saúde, concebida pelo tripé: ensino, pesquisa e extensão. A formação se dá por níveis, compreendendo a realização de cursos de graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*) (Brasil, 2017). O profissional de saúde é graduado em algum curso da grande área, no caso, em Ciências da Saúde, a qual é formada por nove subáreas (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Saúde Coletiva) (Brasil, 2022). Tais cursos de graduação devem seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais, mediante a execução do projeto político pedagógico (PPP), que engloba diferentes cenários formativos, seja com foco no ensino, na extensão ou na pesquisa, considerando a inseparabilidade entre essas dimensões por meio da integração ensino-serviço-comunidade (Brasil, 1996).

Tendo em vista 18 anos de publicação da PNPIC, surge a inquietação: qual a situação do ensino das PICS na formação profissional em saúde brasileira? Logo, o presente estudo tem por objetivo apresentar a situação do ensino das PICS na formação profissional em saúde, reunindo estudos científicos publicados na última década e refletindo o caminho percorrido pelas instituições de ensino na perspectiva da integralidade em saúde.

2 Método

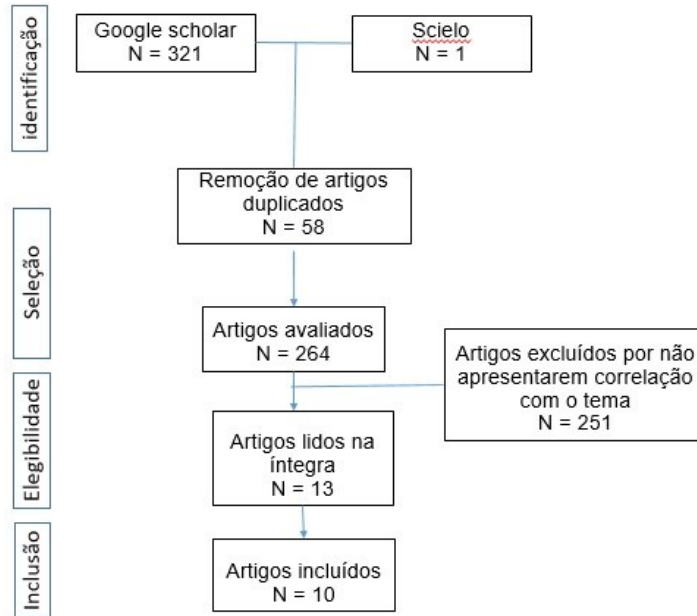
Trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva, exploratória, do tipo revisão narrativa. A revisão narrativa é definida como publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o estado da arte de um determinado assunto, sob o ponto de vista teórico ou contextual (Rother, 2007).

Para sua elaboração, percorreu-se as seguintes etapas: escolha e definição do tema; elaboração da pergunta norteadora; definição dos critérios de elegibilidade; seleção das bases de dados; definição dos descritores em saúde; formulação de estratégias de busca; execução da busca; seleção dos estudos potenciais, aplicação dos critérios de elegibilidade e redação do relatório. A busca de estudos foi realizada no período entre 20 de abril a 03 de maio de 2024, nas bases de dados Google Scholar e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Utilizou-se os seguintes descritores em saúde: práticas integrativas e complementares, integralidade em saúde e formação profissional em saúde.

Os critérios de elegibilidade foram estudos primários (artigos científicos, teses e dissertações) realizados por meio de consulta a ementas curriculares e/ou PPP dos cursos da área da saúde. Dessa forma, os critérios de inclusão foram: estudos publicados entre 2013 e 2023, disponibilizados na íntegra, nos idiomas português, inglês ou espanhol. Excluiu-se trabalhos que não correlacionassem com o tema, em duplicidade e indisponíveis na íntegra.

A busca de estudos foi realizada por meio da combinação dos descritores em saúde entre aspas com o operador booleano AND (“práticas integrativas e complementares” AND “formação profissional em saúde”). A Figura 1, a seguir, apresenta o fluxo de seleção dos estudos.

Figura 1: Fluxo de seleção de estudos, segundo as bases de dados Google Scholar e Scielo, 2024



Fonte: autores (2024).

Inicialmente, identificou-se 322 (321 no Google scholar e 1 na Scielo) produções científicas. Durante a seleção dos artigos, 58 foram removidos por duplicidade nas bases de dados. Após isso, procedeu-se à leitura do título de 264 estudos. Desse total, 250 foram excluídos pela leitura do título, uma vez que não apresentavam correlação com a temática e 1 por não estar disponível na íntegra. Por fim, 13 estudos foram lidos na íntegra, sendo que 3 foram excluídos por duplicidade. A amostra total foi composta por 10 artigos oriundos desse processo de busca e 1 artigo encontrado aleatoriamente, totalizando 11 produções científicas.

3 Resultados

O Quadro 1, a seguir, sintetiza os estudos incluídos nessa revisão.

Quadro 1: Ensino das PICS na grande área Ciências da Saúde, Brasil, 2024

Título/ Tipo de estudo	UF	Autor/Ano/Revista	Considerações
Mapeamento do ensino de práticas integrativas e complementares nas graduações de Enfermagem, Medicina e Odontologia Artigo	Todas	Rocha <i>et al.</i> 2022 Revista docência do ensino superior	Avaliou 317 cursos de universidades públicas, entre: Enfermagem, Medicina e Odontologia. Encontrou-se 273 componentes curriculares (CCs) sobre PICS, a maioria desses CCs estão nas regiões Nordeste (37,8%) e Sudeste (31,5%), distribuídos entre as graduações de Enfermagem (46,5%) e Medicina (40,3%). A maioria dos CCs abordando PICS são optativos (61,2%) e apenas 22% indicam o desenvolvimento de atividades práticas. O estudo mostrou um aumento na oferta de CCs sobre PICS nas graduações de formação dos profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF). Destaca-se a necessidade de uma maior valorização das PICS nas matrizes curriculares de Odontologia, curso que apresentou a menor oferta de CCs sobre essa temática (13,2%), com sua completa ausência nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. Temas de caráter generalista, tais como “Práticas Integrativas e Complementares” e “Práticas Alternativas em Saúde” foram mais frequentes (28% e 23,4%, respectivamente) nos ementários de CCs voltados para a Saúde da Comunidade e para a Saúde Coletiva, com ocorrência de 11,2%, caracterizando, assim, um grande diálogo das PICS com esses campos de conhecimento. As temáticas mais específicas foram fitoterapia e plantas medicinais (14%).
Práticas Integrativas e Complementares: avaliação do processo de ensino-aprendizagem em Práticas Integrativas nas escolas médicas do Brasil Artigo	Todas	Albuquerque <i>et al.</i> 2019 Revista Brasileira de Educação Médica	Avaliou 272 (100%) cursos de medicina (públicos e privados) distribuídos nas cinco regiões brasileiras. A região sudeste lidera a quantidade de escolas médicas (41%). Constatou-se que 57 cursos existentes e ativos que abordam MAC (Medicinas Complementares e Alternativas) em seu currículo e estão distribuídos pelas cinco regiões, cerca de 46% são públicos. O ensino de MAC, predomina no setor público (64,91%). Há prevalência do ensino da homeopatia e da acupuntura, seguido de medicina integrativa e fitoterapia. Existe uma predominância do ensino em módulos não obrigatórios ou disciplinas curriculares. Pode-se concluir que o número de escolas médicas quase triplicou depois de 1970, mas houve redução no ensino. A PNPIC não conseguiu impactar no crescimento do ensino de MAC, o que também ocorreu em relação ao SUS. Ainda não há sistematização do ensino de MAC nas escolas médicas brasileiras, como de Homeopatia e da Acupuntura, que são especialidades médicas.
Situação do ensino das práticas integrativas e complementares nos cursos de graduação em enfermagem, fisioterapia e medicina Artigo	Todas	Salles; Homo; Silva. 2014 Cogitare Enfermagem	Avaliou 87 instituições públicas de ensino superior em Enfermagem, 74 em Medicina e 48 em Fisioterapia. Na graduação de Fisioterapia, a acupuntura tem destaque. As escolas de Enfermagem (26,4%) oferecem mais disciplinas, seguidas pelas de Medicina (17,5%) e Fisioterapia (14,6%). A média de carga horária é de 46 horas nos três cursos. Na Enfermagem, em seis (26,1%), têm caráter obrigatório e nas outras 17 (73,9 %) são optativas, em 20 escolas a disciplina engloba a maioria das PICS e em três, somente fitoterapia; na fisioterapia, cinco (71,4%) são optativas e duas (28,6%) são obrigatórias; na medicina, em todas (100%) as instituições, as disciplinas são de caráter optativo, a maioria das disciplinas é sobre acupuntura, homeopatia ou fitoterapia.
Práticas Integrativas e Complementares em saúde na formação em Educação Física: avanços, desafios, velhos e novos embates	Todas	Barboni; Carvalho. 2021 Saúde e Sociedade	Foram analisadas 172 matrizes curriculares de cursos ativos e regulares de graduação em Educação Física de 87 Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil, sendo 106 licenciaturas (61%) e 66 bacharelados (39%). O levantamento incluiu os cursos de graduação, programas de pós-graduação (PPG) e grupos de pesquisa com linhas de pesquisa em PICS. Foram consideradas PICS, além das 29 práticas reconhecidas pelo MS, também as medicinas tradicionais, racionalidades médicas e demais práticas encontradas que se orientam pelo referencial

Artigo			vitalista. Identificados 37 (21,5%) currículos, distribuídos em 25 IES, que apresentaram pelo menos uma oferta de disciplina voltada para a área de PICS. Observou-se a prevalência das disciplinas em cursos do Nordeste (30,4%) e Sul (26,7%). Na região norte, foi ausente. As disciplinas foram, majoritariamente, optativas (80%), com carga horária teórico-prática (84,6%), compatível com o programa proposto (88,4%) e que não apresentam interface com o SUS (86,5%), dessas 55,8% apresentaram carga horária acima de 60 horas. As disciplinas foram categorizadas de acordo com o eixo temático (Modalidades de PICS; PICS e racionalidades em saúde; Saúde e Espiritualidade e Práticas Corporais Alternativas). Na categoria modalidade de PICS, sobressaiu a oferta de disciplina de Yoga.
Ensino de Práticas Integrativas e Complementares: uma análise dos cursos de odontologia do Brasil Artigo	Todas	Medeiros <i>et al.</i> 2022 Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento	Avaliou 228 cursos de odontologia quanto a sua natureza e carga horária total. Considerando os cursos com matriz curricular completa disponível, apenas 10 (4,39 %) ofertaram disciplinas referentes ao ensino das PICS, enquanto a maioria da amostra se encontrava ausente na grade curricular (218; 95,61%). As regiões Centro-Oeste (10%), Nordeste (20%), Sudeste (60%) e Sul (10%) apresentaram cursos ofertando a disciplina, de natureza obrigatória, em apenas uma matriz curricular e com cargas horárias variando entre 30h e 60h. Na região norte não foi encontrado curso algum com o ensino. Não citam quais PICS são ensinadas.
Ensino das Práticas Integrativas e Complementares em Cursos de Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) Artigo	ES	Gonçalves; Rodrigues; Soares. 2021 Caderno de Naturologia e Terapia Complementar	Avaliou 13 cursos de graduação: ciências biológicas, enfermagem, medicina, odontologia, nutrição, fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional, farmácia, psicologia, serviço social e bacharelado e licenciatura em educação física da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Evidenciou que apenas três cursos apresentam o ensino das PICS formalizado e institucionalizado em formato de disciplinas optativas: curso de farmácia e medicina com as disciplinas de Homeopatia ofertadas por seus respectivos departamentos de forma isolada, e o curso de nutrição com a disciplina de Fitoterapia. As disciplinas variam de 30 a 60 horas de carga horária e não apresentam referência à PNPIC e conseqüentemente ao SUS. Sob contextos históricos das evidências das medicinas tradicionais e complementares no SUS, na compreensão de que essas são potenciais consolidadoras de princípios estruturantes do sistema, a análise indica insuficiências e importantes desafios para a institucionalização do ensino das PICS na UFES.
As práticas integrativas e complementares nos cursos da saúde de universidades públicas Artigo	PB	Morais <i>et al.</i> 2022 Revista Educação Popular	Avaliou duas IES públicas da Paraíba. Nas IES, observaram-se 30 disciplinas, 12 obrigatórias e 18 optativas, sendo 17 com carga horária de 30 a 32 horas. As modalidades mais ofertadas são Fitoterapia, Homeopatia e Acupuntura/Medicina Tradicional Chinesa, e os cursos com maior disponibilidade de disciplinas foram Enfermagem, Fisioterapia e Farmácia. Concluiu-se que a inserção do ensino em PICS nos cursos da saúde nas duas IES, embora abrangente, é fragmentada e isolada em disciplinas pontuais, principalmente, no formato optativo, deixando muitos estudantes sem o conhecimento das PICS, seus pressupostos teóricos e práticas terapêuticas.
Formação em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: desafios para as universidades públicas Artigo	RJ	Nascimento <i>et al.</i> 2018 Trabalho Educação e Saúde	Avaliou seis instituições de ensino superior públicas no estado do Rio de Janeiro, em 2014. Constatou a oferta de ensino em PICS em 11 subáreas de saúde, com exceção apenas de Serviço Social, Nutrição e Fisioterapia. O curso de Medicina liderou essa oferta ao equivaler a 31% do total, logo após o curso de Farmácia, com 22%. A Enfermagem com 14%, seguida da Terapia Ocupacional com 7%, Educação Física, Psicologia e Saúde Coletiva (cada uma com 5% da oferta) e Medicina Veterinária (4%). Os cursos de Fonoaudiologia, Odontologia, Biomedicina e Ciências Biológicas, juntos, somaram 7% da oferta total. A distribuição das temáticas em PICS

			nas unidades de ensino avaliadas no estudo, indica maior predominância de homeopatia, que está presente em 44,6% das 56 instituições. Predominam os formatos optativos e os conteúdos informativos
Práticas integrativas e complementares na graduação em saúde das universidades públicas do RN Artigo	RN	Nelson <i>et al.</i> 2022 Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento	Foram selecionados 20 cursos de graduação oferecidos por instituições públicas do Estado do Rio Grande do Norte, a saber: educação física, enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, medicina, nutrição, odontologia, saúde coletiva. Apenas 5% ofertam módulo específico em formato obrigatório, relacionados a temática na sua estrutura curricular, 5% abordam conteúdo restrito de PICS em um componente de processos terapêuticos, 70% apresentam apenas componente optativo e 20% dos projetos pedagógicos avaliados não apresentam componente relacionados à temática. 70% dos cursos avaliados que apresentam componentes e ou disciplinas optativas, verificou-se que a carga horária é de 30 horas, 45 horas ou 60 horas. Temáticas abordadas nos ementários: PICS 37,5%, consciência/prática corporal 18,8%, educação popular e PICS 18,8%, fundamentos da acupuntura 12,5% e PICS e espiritualidade 12,5%.
Ensino e formação em práticas integrativas e complementares em cursos de graduação em saúde: o “ainda não” nas universidades públicas pernambucanas? Tese	PE	Andrade 2021	Avaliou cinco IES públicas de Pernambuco. Dos 62 cursos, 44 eram da modalidade bacharelado e, desses, apenas 17 (38,63%) apresentavam 32 disciplinas em PICS, com variação de 1 a 5 por curso. A pouca oferta está concentrada na capital, nos cursos de Enfermagem e Medicina, prevalecendo os subtemas Plantas Medicinas/Fitoterapia e Abordagem teórico conceitual, sendo a maioria opcional e informativa. Desse conjunto de disciplinas, a maioria (81,25%) estava sendo ofertada no momento da coleta de dados, sendo mais da metade (57,69%) exclusiva de PICS e 42,30% compartilhadas com outras temáticas. Os quase 20% restante, dentre as 32 disciplinas, teve suspensão da oferta com justificativa única: escassez docente; seja por aposentadoria, alguma licença ou necessidade de cumprir carga-horária nas obrigatórias. Todas as disciplinas suspensas eram eletivas ou optativas e exclusivas de PICS.
As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na formação do enfermeiro em Instituições de Ensino Superior de Campo Grande, Mato Grosso do Sul Artigo	MS	Lara <i>et al.</i> 2023 Ensino, Educação e Ciências Humanas	Avaliou cinco Instituições de Ensino Superior (IES) de Campo Grande/MS. Foram analisados os PPP disponibilizados por cinco instituições, sendo universidade pública, universidade privada, centro universitário privado e duas faculdades privadas. Na análise se constatou que não há qualquer menção sobre as 29 PICS ofertadas pelo SUS. Avaliou-se também os estágios, projetos de extensão e de pesquisa sem nenhum resultado às 29 PICS.

Fonte: autores (2024).

4 Discussão

Constata-se, pelo quadro 1, que 11 produções científicas atenderam aos critérios de inclusão, sendo dez (90,9%) artigos e uma (9,1%) tese. Todas as produções incluídas na amostra foram procedentes da base Google Scholar. Em uma busca empírica, realizada previamente ao estudo, propriamente dito, nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde, Biblioteca Virtual em Saúde em Medicinas Tradicionais, Complementares e Integrativas e SciELO, constatou-se que o quantitativo de publicações na temática proposta era reduzido. A escolha da base de dados Google Scholar foi estratégica por reunir distintos tipos de pesquisas científicas como artigos, monografias, dissertações e teses. O único artigo identificado na SciELO foi excluído por duplicidade, tendo sido identificado na Google Scholar, previamente. 90,9% (dez) dos artigos encontrados estavam publicados no idioma português e 9,1% (um) em inglês. Ainda, ao utilizar o descritor “integralidade em saúde”, percebeu-se uma restrição significativa de resultados, logo, demonstrou-se não conveniente a utilização para a busca por estudos, mas sim, para identificar literatura pertinente para discussão do tema. Constata-se, ainda, que todos são estudos primários, resultantes da avaliação dos PPP. Quanto à abordagem do método, diferiu-se entre eles, sendo a maioria (sete; 63,6%) quantitativos.

Observa-se que os estudos produzidos na temática apresentaram as seguintes informações: os cursos avaliados, quantidade de disciplinas, modalidades de PICS abordadas, tipo de disciplina (obrigatória, eletiva ou optativa), conteúdo da disciplina (formativo ou informativo) e a carga horária. Dessa forma, são estruturados pelos autores as categorias de discussão.

5 Um Brasil de vários “Brasis”

Pode-se observar a situação do ensino das PICS, na graduação, de todos os cursos da saúde, em cinco (18,5%) estados (Espírito Santo/ES, Paraíba/PB, Rio de Janeiro/RJ, Pernambuco/PE, Rio Grande do Norte/RN) dos 27 estados brasileiros. (Gonçalves; Rodrigues; Soares, 2021, Morais *et al.*, 2022, Nascimento *et al.*, 2018, Andrade, 2021, Nelson *et al.*, 2022, Lara *et al.*, 2023). Destaca-se que não foram encontradas publicações das subáreas de Nutrição, Farmácia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional e Saúde Coletiva. Nos cursos de enfermagem, medicina e odontologia, a oferta de cursos e a oferta de disciplina de PICS nas regiões nordeste (região com maior número de estados), sudeste e centro-oeste há proporção, no entanto, nas regiões Sul, Centro-oeste e Norte há discrepâncias (Rocha *et al.*, 2022).

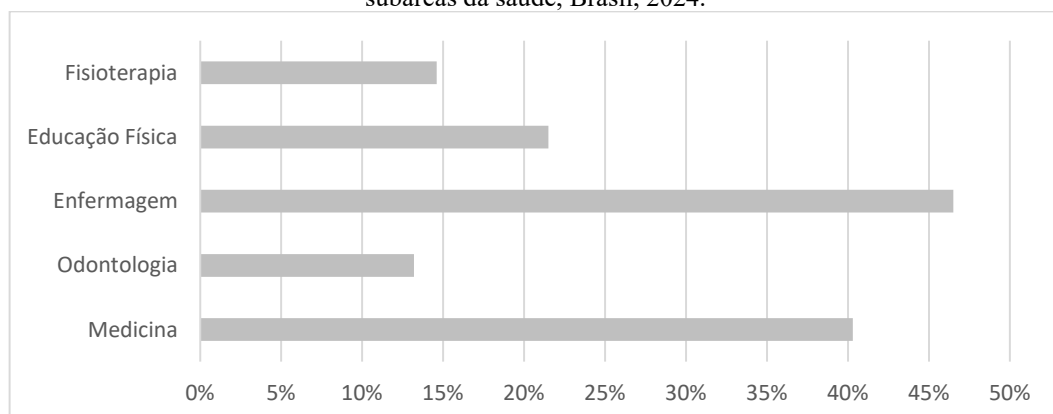
De modo geral, entre as regiões do Brasil, constata-se menor índice de ensino de PICS no Norte. Questiona-se o fato de ser uma região com grande presença de comunidades indígenas, e, portanto, onde poderia haver maior espaço para discussões acerca de medicinas tradicionais em currículos da área de saúde (Barboni; Carvalho, 2021).

Ressalta-se a relevância desses estudos para ampliar o olhar de gestores, docentes, discentes, atores envolvidos no processo de formação, para a qualidade da formação ofertada, a fim de formular estratégias precisas para o alcance de melhorias no ensino que se consolidem na saúde prestada à população.

6 Ensino das PICS na graduação

Os estudos incluídos que abordam o ensino das PICS, a nível de graduação, de todo o país, são referentes as áreas de Enfermagem, Medicina, Odontologia, Fisioterapia e Educação Física (Rocha *et al.*, 2022, Salles; Homo; Silva, 2014, Medeiros *et al.*, 2024, Albuquerque *et al.*, 2019, Barboni; Carvalho, 2021), portanto, em cinco (50%) áreas dos dez cursos (enfermagem, medicina, educação física, fisioterapia e odontologia) das Ciências da Saúde (separando-se a terapia ocupacional da fisioterapia). A seguir uma demonstração gráfica quanto à inserção das PICS, por subáreas da saúde, em universidades públicas brasileiras.

Gráfico 1: Inserção das PICS no currículo de cursos de formação em saúde, em universidades públicas, por subáreas da saúde, Brasil, 2024.



Fonte: autores (2024).

Pelo gráfico 1, constata-se que a Enfermagem concentra a maior oferta de disciplinas de PICS, seguida da Medicina.

A maioria dos estudos (oito; 72,7%) selecionados, avaliam o ensino somente nas instituições públicas, com exceção de três estudos que abarcaram tanto as instituições públicas como também as privadas, nos cursos de medicina, odontologia e enfermagem, identificando

que o ensino de PICS, predomina no setor público (Salles; Homo; Silva, 2014, Medeiros *et al.*, 2024, Andrade, 2021). Essa análise ampliada é imprescindível, pois demonstra um panorama mais preciso. A preocupação no entorno da análise da formação superior em saúde é dada sob vários aspectos, um deles é que o quantitativo de discentes formados em universidades públicas é expressivamente inferior ao quantitativo formado em IES privadas (Brasil, 2022).

Entende-se que os estudos analisam a oferta de PICS em universidades públicas, sendo maior a probabilidade de encontrar resultados, pois essas têm apoiado e empreendido esforços, por meio de docentes praticantes e formados em PICS, inserindo-as em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, o que, ainda, não vem acontecendo com tanta expressividade nas demais instituições. As universidades públicas têm realizado papel decisivo na divulgação das doutrinas e na formação de profissionais com visão reflexiva e dispostos a combinar o trabalho sanitário com o ativismo democrático para defender o sistema e a implementação efetiva das políticas públicas do SUS (Campos, 2018).

Cabe refletir que, em conformidade às legislações da saúde e da educação, ambos os tipos de instituições devem preparar os futuros profissionais para atuarem no SUS, e as próprias DCNs devem ser seguidas, independentemente do tipo de instituição, apenas diferenciando-se no sentido de que as universidades públicas são financiadas, principalmente, para esse propósito.

Diante da constatação de fragilidade no ensino de PICS nas universidades, o Grupo Temático de Racionalidades Médicas e PICS da Associação Brasileira de Saúde Coletiva publicou, em Nota Técnica na Plenária Final do II Congresso Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, recomendações gerais para uma formação de qualidade em PICS, sendo elas: carga horária prática supervisionada por profissional experiente; o ensino a distância como uma possibilidade informativa, apenas; o trato com o conteúdo teórico conceitual adequado e paradigma que orienta determinada prática; uma formação orientada para atuação no SUS, com ênfase na APS e a valorização da atuação multiprofissional (Nota..., 2020).

Defende-se que na formação em saúde não se objetiva formar profissionais para o exercício direto das PICS, mas sim ensinar o raciocínio clínico integrativo e complementar para que os estudantes sejam capazes de integrar outras visões de mundo em sua forma de compreender o conhecimento e a ciência, de modo que futuros trabalhadores do SUS sejam menos dualistas e reducionistas do ponto de vista moral, o que ajuda a melhorar as relações com os usuários, reduz o uso de métodos invasivos de tratamento e contribui para a qualificação do trabalho em saúde (Nascimento *et al.*, 2018).

Reflete-se que as PICS abrangem vários sistemas médicos e práticas, cada um com especificidades e necessidades de diferentes competências e habilidades. Logo, compreende-se que a vivência de componentes curriculares sobre PICS durante a formação favorece a qualificação do cuidado, pois, ainda que, sem grande aprofundamento teórico, permite que os futuros profissionais de saúde acompanhem, adequadamente, pessoas que utilizem PICS. Esse contato na graduação também favorece escolhas acertadas para aqueles que desejam se aprofundar em uma das PICS como especialidade futura. A consequência do desconhecimento dos profissionais de saúde sobre as PICS pode disseminar conceitos equivocados sobre essas terapêuticas, gerando dificuldades na relação médico-paciente e com colegas praticantes dessas especialidades (Marques, 2020).

Considerando que o processo de formação deve prever as possibilidades de atuação profissional, destaca-se que todos os conselhos profissionais legislam e respaldam seus profissionais a atuarem com as PICS, com exceção da educação física em saúde e saúde coletiva (Marques, 2020).

7 Características do ensino

No aspecto de carga horária e ementa ideal para o ensino das PICS, todos os estudos incluídos apontam para a insuficiência. Constata-se ausência na grade curricular de muitos cursos e estados, e quando presente, o ensino se dá por meio da oferta de disciplinas optativas. Ainda sobre a carga horária, essa é baixa e o conteúdo é informativo, ou seja, não há atividades práticas e, portanto, não habilitam o aluno para o exercício da modalidade de PICS ensinada. Logo, a formação para atuação com as PICS se mostra deficiente seja na graduação, na pós-graduação ou no âmbito da educação permanente (Koifman, 2001).

Sobressaem o ensino de temas de caráter generalista, tais como “Práticas Integrativas e Complementares” nos ementários de CCs voltados para a Saúde da Comunidade e para a Saúde Coletiva, caracterizando, assim, um grande diálogo das PICS com esses campos de conhecimento. As temáticas mais específicas são a fitoterapia/plantas medicinais e homeopatia.

A “disputa” por tempo na grade curricular mínima obrigatória não é recente e, à medida que o conhecimento cresce, as instituições de ensino rediscutem “quantas horas” se usará para tal ou qual conteúdo. Inserir o ensino de práticas complementares de saúde na grade curricular dos profissionais de saúde é uma ação complexa e não tem solução simples. Há motivos corporativistas, econômicos, religiosos a se considerar quando se deseja aprofundar o entendimento desses outros saberes e quando se propõe analisar a perspectiva de mudança de

paradigmas no campo da saúde. Pode-se afirmar que é uma mudança paradigmática quando se dá igual valor às dimensões emocionais, psicológicas, energéticas no cuidar/tratar de um indivíduo, à dimensão física/bioquímica (Salles; Homo; Silva, 2014).

8 Ensino das PICS na pós-graduação

No que tange ao ensino das PICS na pós-graduação, somente dois estudos (18,1%) abordaram (Barboni; Carvalho, 2021, Nascimento *et al.*, 2018). Decompondo-se pelos tipos de cursos de pós-graduação, em especialização, constata-se a oferta de ensino de PICS em três cursos de especialização *lato sensu* em universidades públicas, no Rio de Janeiro (não citam quais especializações) (Nascimento *et al.*, 2018).

Sobre o ensino das PICS na modalidade residência, nenhum dos estudos selecionados abordaram. Em 2016, teve início o primeiro Programa de Residência Multiprofissional em PICS do país e única até a presente data, coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, com vagas para biologia, educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, nutrição e terapia ocupacional (Programa..., 2023).

Programas de residência médica em Homeopatia estão disponíveis no Hospital Gaffrée e Guinle, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; em Acupuntura, estão presentes em nove instituições, a maioria localizada no Estado de São Paulo (Teixeira; Lin, 2013). Quanto a residências médicas em Acupuntura, há no país oito programas de residência em acupuntura (Florianópolis/Universidade Federal de Santa Catarina; Pernambuco/Universidade Federal de Pernambuco; São Paulo/Universidade de São Paulo, Universidade Federal de São Paulo, Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo; Brasília/Faculdade de Medicina do Distrito Federal; Vitória/UFES) (CMBA).

A residência multiprofissional em saúde da Universidade Federal do Espírito Santo possui disciplina de PICS, com carga horária de 75 horas, no eixo transversal (UFES). Há presença de módulos ou disciplinas em PICS, em residências multiprofissionais em Saúde da Família em Goiás e em Santa Catarina, mas a presença das PICS é reduzida em Programas de Residência Multiprofissional em Saúde (Azevedo; Pelicioni, 2011). Quanto a estudos abordando a inserção das PICS nas demais atividades de ensino, como estágios, projetos de extensão e de pesquisa, não se encontrou resultado algum em cursos de Enfermagem ofertados no Estado MS (Lara *et al.*, 2023).

Acerca do ensino das PICS em pós-graduação *stricto sensu*, somente foi abarcado no estudo que avaliou a área da Educação Física, constatando ausência de PPG de PICS e, também,

de linhas de pesquisa nessa temática nos PPG em Educação Física do Brasil. Esse distanciamento do debate acadêmico sobre PICS gera várias lacunas, não apenas formativas, mas na produção científica sobre essas práticas.

Na extensão, a ausência de diretórios para cadastro das atividades extensionistas das universidades brasileiras, impossibilita que se mapeie de forma ampla, os projetos de extensão voltados às PICS desenvolvidos nessas instituições (Rocha *et al.*, 2022). A pesquisa, um dos pilares da educação brasileira, no campo das PICS é fundamental para desmistificar o preconceito em torno desse campo do conhecimento e fortalecer as iniciativas empreendidas. A produção científica acerca da PNPIC é escassa, considerando sua importância para a saúde pública (Souza *et al.*, 2020).

As PICS ao fundamentarem-se na perspectiva da prevenção de agravos, promoção e recuperação da saúde para o cuidado continuado, humanizado e integral em saúde, destoa do paradigma do modelo biomédico vigente, o qual fragmenta o cuidado, foca a doença e a medicalização excessiva, consistindo, portanto, uma importante barreira para a ampliação e efetividade do cuidado à saúde por meio das PICS (Silva *et al.*, 2021). O conceito presente no modelo biomédico, hegemônico na formação profissional em saúde brasileira, é proveniente do relatório flexineriano, produzido em 1910, pautado pelo biologicismo, fragmentação, mecanicismo, nosocentrismo, recuperação e reabilitação, tecnicismo e especialização (Koifman, 2001), denominado racionalidade biomédica, a qual se contrapõe às demais racionalidades em saúde, como a ayurvédica, tradicional chinesa e a homeopática (Luz *et al.*, 2013).

Pelo fato de que a maioria (90,9%) das publicações são relativas aos últimos 5 anos, esse é um panorama recente e, portanto, muito próximo de refletir a realidade do ensino das PICS na formação superior em saúde brasileira. As lacunas de estudos identificadas indicam que esse é um tema pouco explorado (Aguar; Kanan; Masiero, 2019).

9 Considerações finais

Essa revisão narrativa constatou que o ensino das PICS se dá, predominantemente, em formato optativo e de conteúdo informativo. Ao comparar os achados dos estudos entre os próprios autores, pode-se perceber que há convergência nos resultados e que essa revisão agrega, no sentido de reunir em um único documento, quais estudos existem na temática e seus principais resultados.

Sobressai a oferta de disciplinas de caráter generalista, tais como “Práticas Integrativas e Complementares” e as modalidades específicas mais frequentes são a fitoterapia/plantas medicinais e a homeopatia. Após 18 anos de institucionalização da PNPIC, pode-se constatar avanços na implementação, contudo, a sua expansão e o acesso aos usuários se esbarram na formação dos profissionais.

Pode-se observar que os artigos abordam, prioritariamente, a formação em saúde no âmbito da graduação. Logo, evidencia lacunas na literatura que demonstrem a inserção do ensino das PICS também na pós-graduação brasileira. A quantidade de artigos elegíveis reduzida para compor essa revisão apontam para o desafio da implementação da PNPIC.

O estudo tem como limitação o fato de não esgotar todas as fontes de informações. Novas pesquisas poderão identificar a inserção das PICS no ensino de maneira abrangente, incluindo o setor de ensino privado, bem como, os cursos de nutrição, fonoaudiologia, farmácia, terapia ocupacional e saúde coletiva, pelo fato de não ter sido identificadas publicações nessa revisão. Acrescenta-se, ainda, a relevância de pesquisas que avaliem a inserção do ensino das PICS na pesquisa e extensão. Dessa maneira, poderá fomentar e subsidiar mudanças curriculares na formação profissional superior em saúde com vistas ao fortalecimento das PICS no SUS. Portanto, a formação profissional em saúde necessita de debates contínuos visando o seu aprimoramento, no que tange ao aspecto de um ensino que ofereça experiências aos discentes no campo da integralidade, interprofissionalidade e pluralidade do cuidado em saúde, sendo estas essências das PICS e do próprio SUS.

Referências

AGUIAR, J.; KANAN, L. A.; MASIERO, A. V. Práticas Integrativas e Complementares na atenção básica em saúde: um estudo bibliométrico da produção brasileira. **Saúde Debate**, v. 43, n. 123, p. 1205-1218, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912318>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/5NdgGYwFCNsQPWZQmZymcqM/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ALBUQUERQUE, L. V. C. *et al.* Práticas Integrativas e Complementares: Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem em Práticas Integrativas nas Escolas Médicas do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, n. 4, p. 109-116, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n4RB20180259ingles>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/vbVNgQsGRfWdQTcscjMNzrM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ANDRADE, G. C. L. **Ensino e formação em práticas integrativas e complementares em cursos de graduação em saúde: o “ainda não” nas universidades públicas pernambucanas?** 2021. 181 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) — Escola Nacional de Saúde Pública Sergio

Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:
<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/58533>. Acesso em: 23 maio 2023.

AZEVEDO, E.; PELICIONI, M. C. F. Práticas integrativas e complementares de desafios para a educação. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 9, n. 3, 2011. DOI:
<https://doi.org/10.1590/S1981-77462011000300002>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/tes/a/WWDNxsKSVRpy75V6PN66R8B/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2023.

BARBONI, V. G. A. V.; CARVALHO, Y. M. Práticas Integrativas e Complementares em saúde na formação em Educação Física: avanços, desafios, velhos e novos embates. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 3, e200872, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200872>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/XnqSFsVX6wBqyyTQmKzhCrc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 971**, de 03 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde, 2006. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 2.488**, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), 2011. Disponível em:
<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do censo da educação superior 2022**. Brasília: Inep/MEC, 2024. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho nacional de Educação. Câmara de educação superior. **Resolução n.º 7**, de 11 de dezembro de 2017 (*) (**). Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação stricto sensu. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2017-pdf/78281-rces007-17-pdf/file>. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação. 24 out. 2022. Disponível em:
<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>. Acesso em: 24 de mai. 2023.

CAMPOS, G. W. S. SUS: o que e como fazer?. **Ciência e saúde coletiva**, v. 2, n. 6, 2018.

DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.05582018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZPyBXcTXwZvLh5H9PDzvxp/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 24 nov. 2023.

GONÇALVES, I. A. C.; RODRIGUES, L. C. M.; SOARES, M. R. C. Ensino das Práticas Integrativas e Complementares em Cursos de Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). **Cad. de Naturol. e Terap. Complem.**, v. 10, n. 19, 2021. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/CNTC/article/download/18514/2134/45294>. Acesso em: 23 abr. 2024.

KOIFMAN, L. O modelo biomédico e a reformulação do currículo médico da Universidade Federal Fluminense. **História, Ciência, Saúde**, v. 8, n. 1, mar.-jun. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/wbJxmgpRcpNXYjChnxzVWps/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2024.

LARA, S. D. *et al.* As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Formação do Enfermeiro em Instituições de Ensino Superior de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 24, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2023v24n1p33-43>. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/8942>. Acesso em: 23 abr. 2024.

LUZ, M. T. *et al.* Contribuição ao estudo do imaginário social contemporâneo: retórica e imagens das biociências em periódicos de divulgação científica. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 17, n. 47, p. 901-912, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0661>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/8TBmyQY8HSnzKN4PqGq4DwR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MARQUES, J. V. **Política nacional de práticas integrativas e complementares do sus: um olhar sobre a formação profissional**. 2020, 117 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) — Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43579>. Acesso em: 19 jun. 2023.

MEDEIROS, J. P. *et al.* Ensino de Práticas Integrativas e Complementares: uma análise dos cursos de odontologia do Brasil. **Pesquisa, sociedade e desenvolvimento**, v. 11, e0511123264, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i1.23264>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/23264>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MORAIS, M. S. T. *et al.* As práticas integrativas e complementares nos cursos da saúde de universidades públicas. **Rev. Edu. Pop.**, Edição Especial, Uberlândia, p. 117-134, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/67311/34927>. Acesso em: 23 abr. 2024.

NASCIMENTO, M. C. *et al.* Formação em práticas integrativas e complementares em saúde: desafios para as universidades públicas. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16 n. 2, p. 751-772, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00130>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/4PGykgCDsjXR3BjJYMqvrts/?lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2024.

NELSON, I. C. A. S. R. *et al.* Práticas integrativas e complementares na graduação em saúde das universidades públicas do RN. **Res. Soc. and Dev.**, v. 11, n. 2, e47211226041, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/54473>. Acesso em: 21 de mai. 2023.

NOTA técnica sobre formação em RM-PICS. **Abrasco**, Rio de Janeiro, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://abrasco.org.br/nota-tecnica-sobre-formacao-em-rm-pics/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

PROGRAMA de Residência Multiprofissional em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, **Cidade de São Paulo Saúde**, 6 maio 2023, 17h29min. Disponível em: <https://capital.sp.gov.br/web/saude/w/ems/noticias/266732>. Acesso em: 21 abr. 2024.

RESIDÊNCIA Médica em Acupuntura. **CMBA**, São Paulo. Disponível em: <https://cmba.org.br/residencia-medica-em-acupuntura/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ROCHA, E. M. S. *et al.* Mapeamento do ensino de práticas integrativas e complementares nas graduações de Enfermagem, Medicina e Odontologia. **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 12, e035437, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2022.35437>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/35437>. Acesso em: 24 abr. 2024.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X Revisão narrativa. **Acta Paulista Enfermagem**, v. 20, n. 2, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/>. Acesso em: 24 maio 2023.

SALLES, L. F.; HOMO, R. F. B.; SILVA, M. J. P. Situação do ensino das práticas integrativas e complementares nos cursos de graduação em enfermagem, fisioterapia e medicina. **Cogitare Enferm.**, v. 19, n. 4, p. 741-746, 2014. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-748066>. Acesso em: 21 abr. 2024.

SILVA, P. H. B. *et al.* Formação profissional em Práticas Integrativas e Complementares: o sentido atribuído por trabalhadores da Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 2, p. 399-408, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021262.40732020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/bMPPrN3XpzGh9mDjVmrXMGGN/?lang=pt>. Acesso em: 04 jan. 2023.

SOUZA, I. do N. *et al.* Produção científica acerca da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 10, e4386, 2 out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e4386.2020>. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/4386>. Acesso em: 20 nov. 2023.

TEIXEIRA, M. Z.; LIN, C. A. Educação médica em terapêuticas não convencionais. **Revista Medic.**, v. 92, n. 4, p. 224-35, 2013. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-730834>. Acesso em: 20 nov. 2023.